

ACM quer taxar supérfluo

■ Senador defende imposto sobre contas de restaurante para combater pobreza

LUCIANA RIBEIRO

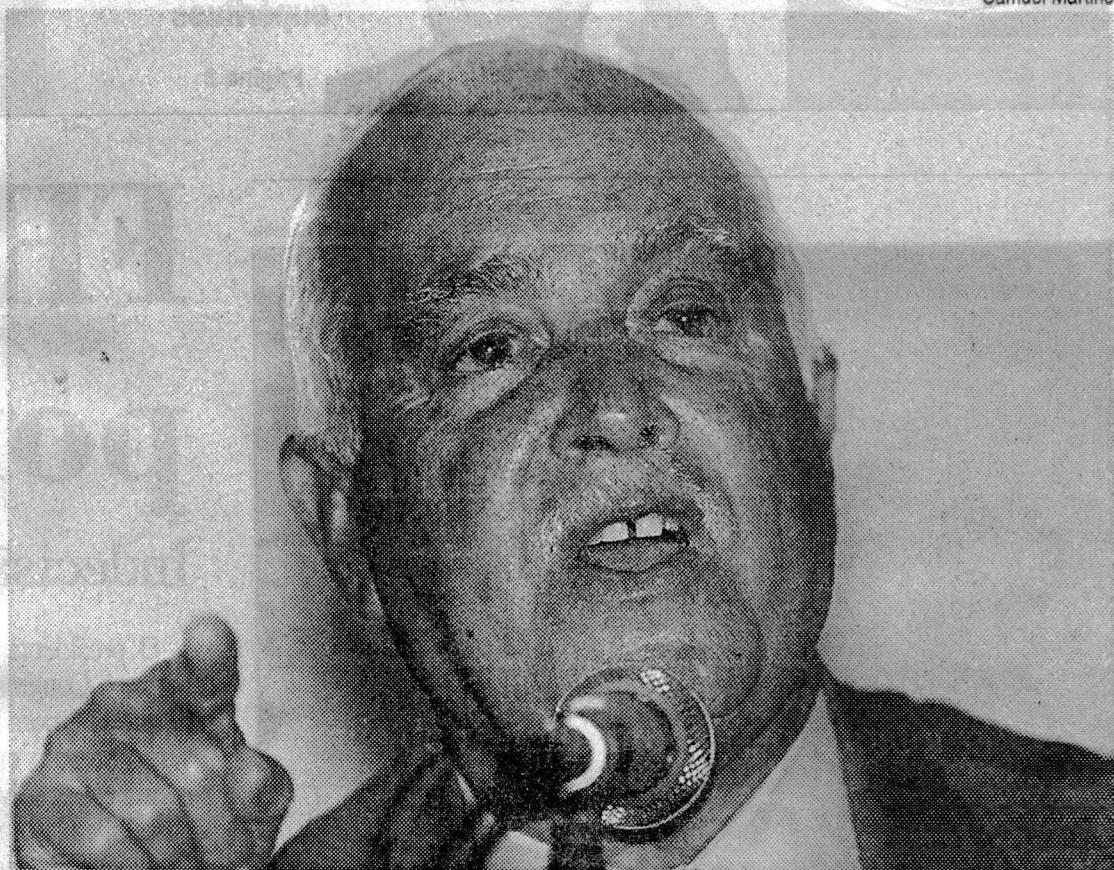
Samuel Martins

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), propôs ontem a taxação de supérfluos para combater a pobreza, como parte de seu projeto de erradicação da miséria, apresentado há um mês ao Senado. "Quando nós vamos aos melhores restaurantes e pagamos uma conta alta, se pagarmos 10% ou 15% para erradicar a pobreza, teríamos cumprido um dever de consciência", sugeriu o senador. "Quando se vai a uma loja de griffe para comprar as coisas mais caras e melhores, por que não se pagar um imposto para acabar com a pobreza, já que a ideia é se apresentar melhor diante dos semelhantes?", perguntou. Segundo o senador, esse imposto não chegaria a atingir as camadas mais pobres, apenas quem pode pagar. "É quem pode pagar muito pouco no Brasil. Todos pagam quase que igualmente, mas quem pode pagar menos. Isso é muito triste e tem que acabar", afirmou ACM, que participou do seminário Estratégias de Combate à Pobreza, no BNDES.

União — O presidente do Senado voltou a propor a união de governantes, políticos de todos os matizes partidários e ideológicos e entidades da sociedade civil, para discutir soluções para a má distribuição de renda no país. O senador destacou que, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Brasil é o campeão mundial das desigualdades.

"Se você direcionar gastos públicos e privados no combate à pobreza, você vai ter êxito. Para isso não precisa haver aumento de imposto, basta redirecionar os impostos existentes, e os que têm mais possibilidades paguem mais do que estão pagando", afirmou.

O senador sugeriu uma atuação prioritária em duas vertentes para a erradicação da pobreza:



ACM voltou a defender um mutirão para distribuição de renda e erradicação da pobreza no país

uma, de caráter duradouro, com o objetivo de as classes carentes gerarem renda, e outra, de caráter emergencial, possibilitando transferência imediata de renda.

Ao afirmar que o Brasil deve gastar melhor o que arrecada, o senador citou os estudos do Ipea para ressaltar que o Brasil tem uma renda per capita superior à de 80% da população mundial. "Não é o problema de o Brasil ser pobre. O Brasil é menos pobre do que a maioria das nações, mas a desigualdade aqui é maior que na maioria das nações. A renda média dos 10% mais ricos é 27 vezes maior que a dos 40% mais pobres", destacou.

"O Brasil convive com altas taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil e de subnutrição. A explicação está na desigualdade

de distribuição de renda, fazendo com que os 20% mais pobres da população sejam aquinhoados com apenas 2,5% de nossa riqueza, enquanto os 20% mais ricos se apoderam de 63,4% desse mesmo montante", acrescentou o presidente do Senado.

Educação — De acordo com o senador, não basta gerar empregos para reduzir a pobreza. Na sua opinião, o aumento dos níveis de educação no país é imprescindível para evitar que a pobreza se transfira de geração para geração. "A garantia de escolaridade por cinco anos a toda a população brasileira permitiria reduzir a pobreza em 6%. Uma garantia de 10 anos reduziria a pobreza no país em 13%", afirmou.

Sem negar os benefícios do crescimento econômico, o sena-

dor disse que a erradicação da pobreza envolve também aprofundamento da reforma agrária e redistribuição de renda. "Independentemente do crescimento econômico, o Brasil tem meios de erradicar a pobreza", disse Antonio Carlos Magalhães.

O senador afirmou que está satisfeito com o andamento da sua proposta de criação de um fundo para combater a pobreza, apresentada há um mês no plenário do Senado. "É com satisfação que verifico ter-se inserido o tema na agenda política brasileira. E o tema está aí e não sai sem uma solução", garantiu o senador, que citou o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, como ícones da luta pela erradicação da pobreza.

14 SET 1999

JORNAL DO BRASIL